



# PETIÇÃO

Ao  
Exmo. Senhor  
**Presidente da Assembleia da República**  
Palácio de S. Bento  
LISBOA

## NÃO Á PRIVATIZAÇÃO DOS CTT

Os peticionantes abaixo-assinados, cidadãos e cidadãs portuguesas, confrontados com os propósitos do Governo da República em privatizar os CTT – Correios de Portugal no próximo futuro, não podem deixar de, em sã consciência, manifestar o seu veemente repúdio perante tal propósito.

Os CTT – Correios de Portugal de hoje são herdeiros de quase 500 anos de história de prestação de bons serviços postais aos portugueses, com uma qualidade reconhecida quer a nível nacional quer internacional. Hoje, apesar da má administração do serviço público de correios levada a cabo pelos últimos Conselhos de Administração dos CTT - compostos por Gestores Públicos nomeados pelos sucessivos Governos - que deterioraram e continuam a deteriorar a qualidade do serviço prestado às populações em favor do lucro, ainda assim o Serviço Público Postal prestado pelos CTT, prestado pelo Estado, continua a ser o garante do acesso de todos os cidadãos, em igualdade e a preços acessíveis, à comunicação escrita.

Assim, porque os exemplos de anteriores privatizações de serviços públicos demonstram a evidência que aqueles que os compraram apenas querem deles retirar o máximo de lucro em desfavor a prestação do serviço público e porque entendemos que os CTT – Correios de Portugal se devem manter no âmbito do Sector Empresarial do Estado, pedimos á Assembleia da República que, no âmbito das suas competências legisle no sentido de que:

- **Os CTT – Correios de Portugal, concessionários do Serviço Público Postal, não possam ser alienados, no todo ou em parte, do Sector Empresarial do Estado e se mantenham com 100% de capital Estatal;**
- **Os CTT – Correios de Portugal continuem obrigados a prestar um Serviço Público Postal de qualidade, a preços acessíveis e controlados, disponibilizado a todos os cidadãos independentemente do seu poder económico e localização geográfica;**
- **Os CTT – Correios de Portugal cumpram a sua obrigação de manutenção e melhoria da Rede Pública Postal e de correcta guarda do património físico e de imagem que lhe estão confiados;**
- **Os CTT – Correios de Portugal sejam impedidos de continuarem a encerrar Estações de Correio (mesmo que transformando-as em Postos de Correio explorados por terceiros) e sejam obrigados a reporem, como é também sua obrigação legal, a Distribuição Diária e Domiciliária de Correio a todos os cidadãos;**
- **Os CTT – Correios de Portugal sejam impedidos de recorrerem ao *dumping social e laboral* como têm vindo a fazer e que apenas possam recorrer a trabalhadores do seu quadro de pessoal para a execução de todas a tarefas conexas á prestação do Serviço Público Postal;**

Por último, os peticionantes exigem da Assembleia da República que, enquanto garante da Soberania Nacional, recuse e impeça a transposição da 3ª Directiva Postal da União Europeia para a Legislação Nacional como forma de garantia do futuro e da qualidade do Serviço Público Postal e da Rede postal Pública Portuguesa.

Portugal,

Os/As Peticionantes abaixo-assinados

NOME	Nº B.I.	LOCALIDADE	ASSINATURA

